

## CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

### PAISAGEM

**Caio Augusto Amorim Maciel<sup>1</sup>**  
Universidade Federal de Pernambuco

**David Tavares Barbosa<sup>2</sup>**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Enviado em 09 jun. 2021 | Aceito em 14 jun. 2021

Quase vinte anos atrás, concluíamos da seguinte maneira um apanhado sobre o conceito em tela nesta mesma revista: paisagem permanece conceito-chave da Geografia, a despeito das mais antagônicas abordagens adotadas por diferentes tradições e correntes epistemológicas. Apontávamos, na ocasião, apoiados em Corrêa e Rosendahl (1998), que uma clivagem filosófica de fundo permanecia importante, qual seja, adeptos das representações subjetivas do olhar, de um lado, em contraste com defensores da necessidade de descrição das conformações naturais e culturais do espaço. Tal encruzilhada, nó górdio de toda Geografia da paisagem (MACIEL, 2002), nos seguia e segue assombrando até hoje, muito embora avanços significativos possam ser notados para a superação de maniqueísmos.

Odile Marcel (1994:5) atestara que construir a unidade desse objeto na complexidade integrada de uma coerência intelectual seria um desafio para o espírito. Em texto mais recente, Besse (2014:65-66) acrescentou ser impossível e desnecessário fazer uma síntese das diferentes problemáticas paisagísticas num “pensamento global da paisagem”, defendendo sua abordagem sem totalizações, a partir do pensamento aberto. Porém, geógrafos interessados em paisagem parecem, enfim, gostar de desafios. Talvez o conceito permaneça em pauta justo por ser tão contestado e polissêmico, demarcando a atualização de controvérsias entre explicação positivista (material) e compreensão hermenêutica (simbólica) do espaço. Se a Geografia é uma moderna cosmovisão, paisagens são os modos mais eloquentes de compor e decompor imagens através do discurso científico culturalmente centrado.

Tentamos, na mesma conjuntura, uma definição abrangente e conciliadora de paisagem enquanto trabalho discursivo de ordenamento da imagem do mundo a partir do ambiente próximo,

---

1. Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas, pesquisador do Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo/UFPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1769-9597>. E-mail: [caio.maciell@ufpe.br](mailto:caio.maciell@ufpe.br).

2. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo/UFPE) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL/UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5274-2493>. E-mail: [davidtgeo@gmail.com](mailto:davidtgeo@gmail.com).

concreto e apreensível pelos sentidos humanos, mediante estruturas mentais correntes no universo cultural de cada época e de cada sociedade. Seria a unicidade de nossa existência no mundo da materialidade física transformando-se em manifestações simbólicas que não se reduzem umas às outras. Apesar de representação, ligar-se-ia de modo contundente às formas objetivas da natureza e do mundo extensional, em constante reelaboração devido às mudanças sociais. Dessa maneira, paisagem possuiria tanto uma dimensão palpável quanto um componente de imaginação, inextricavelmente correlacionados. Graças à arte, à ciência, à história e aos marcos discursivos de cada cultura, o senso paisagístico da humanidade não cessaria de se tornar mais geral, aguçado e vivo.

Porém, primeiro que tudo isso, é preciso lembrar que antes de ser um conceito geográfico, paisagem corresponde a uma palavra da língua vernácula, bem como a termos técnicos de diversas outras disciplinas, práticas artísticas e de planificação. Mesmo que vinculada à ideia usual de observação do meio e apreciação estética do mundo (BESSE, 2006; BERQUE, 2009), existem múltiplas abordagens possíveis para considerar sua definição – e um apanhado completo em forma de verbete seria impossível, ainda que no estrito campo da Geografia Humana, área de nosso interesse.

Para os objetivos do presente artigo, basta que se acolha a ideia de que a paisagem se fundou em diálogo profícuo com as artes, possibilitando o estabelecimento de uma tradição que até hoje atribui ao conceito geográfico um sentido próximo de criação estética, preocupada em evidenciar o senso dos lugares, as interinfluências entre elementos humanos, físicos e biológicos, além da dimensão ontológica do observado e das influências culturais e contextuais da percepção (BARROS, 2006). Há outras miradas igualmente possíveis, como a contribuição de Augustin Berque, cujas concepções criticam o paradigma ocidental moderno por almejar interpretar a paisagem como uma “mirada projetada no território” e que ansiaria, assim, perceber, apreciar, explicar e atribuir uma ordem ao mundo e seus fenômenos físicos e humanos. Segundo Berque (2009:59-64), antes da formulação ocidental, uma concepção de paisagem já se fazia presente, por exemplo, na China, a partir de uma visão cosmológica que faz nascer um sentido de paisagem a partir da relação que o indivíduo estabelece com o entorno, não apenas de olhar, mas de mediação objetiva e subjetiva com o meio.

O reconhecimento dessas versões concorrentes, mas complementares, do “nascimento” da noção de paisagem, antes da sua incorporação como conceito da Geografia, reforça a observação de Olivier Dollfus ao comentar o clássico texto sobre *paisagem-marca, paisagem-matriz* de Berque (1998): paisagem se apresenta como conceito impreciso, expressão de uma sociedade, produto cultural e histórico, mas revela além do enquadramento da visão, uma organização territorial e uma cosmogonia (DOLFUS, 2012:242-243). Entretanto, não nos cabe desenvolver uma reflexão sobre a história política da paisagem<sup>3</sup>, senão apenas atualizarmos como esse conceito é convocado na sociedade contemporânea, sua atualidade política e social (BARBOSA, 2020).

Para tanto, é útil lançar mão da ideia de que as paisagens se tornaram para os geógrafos *formas de ver e pensar* o mundo, através daquilo que Paulo César da Costa Gomes prefere denominar de quadros geográficos: descrições sistemáticas que partem de uma base locacional de dados para criar condições de visualização e interpretação de posições, formas e interações dos fenômenos (GOMES, 2017). Igualmente, Cosgrove (2012) já destacou que a paisagem sempre esteve ligada, na Geografia Humana, com a cultura, a partir da ideia desta como uma “maneira de ver”, de compor e de harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual. Em se tratando de complexas composições imagéticas, tais quadros oferecem uma apresentação de coisas e acontecimentos evocados por seus produtores, mas que são postos ao julgamento e análise (interpretação) daqueles

---

3. Sobre o assunto ver Meining (2003), Wylie (2007), Cauquelin (2007), Ribeiro (2007) e Besse (2014), entre outros.

que os perquirem. A “pegada” da exegese nos coloca, então, no bojo de uma Geografia Cultural hermenêutica e política.

Para Paul Claval (1999:22) uma Geografia fundamentada na abordagem cultural é, em essência, política, uma vez que estampa instrumentos e estratégias pelas quais sujeitos e sociedades se constroem, buscam afirmação e se transformam em um jogo permanente de competição e cooperação. Portanto, esse modo de encarar a espacialidade da cultura deve ser um ponto de partida para o entendimento do conceito-chave de paisagem em nosso campo do saber. No mundo contemporâneo, pleno de crises ecológicas, econômicas e de valores civilizatórios, torna-se cada vez mais evidente que a conflagração de narrativas e interpretações sobre as interações humanas com o espaço é tributária de uma sociedade do medo e da ameaça, exigindo a reconsideração de vários aportes geográficos (BERDOULAY e SOUBEYRAN, 2020). A paisagem, assim, vem sendo constantemente convocada para revelar os motivos e resultados de uma nova ordem territorial e ecológica que enreda todo o planeta, criando um contexto favorável para releituras de contribuições clássicas de Paul Vidal de La Blache (1911, 1922) e Carl O. Sauer (1925, 1956).

Contemporaneamente deve-se juntar aos pressupostos acima anunciados a concepção de interculturalidade, termo alcinhado, de acordo com Gunther Dietz (2012, p. 78), para designar um campo emergente de preocupações transdisciplinares em termos de contatos e relações entre culturas que, tanto no plano individual quanto no coletivo, se articulam em contextos de diversidade e heterogeneidade social. Num mundo exaltado por narrações díspares em torno da ação humana podemos aceitar, junto com esse autor, a máxima de Néstor García Canclini segundo a qual nos dias de hoje, todas as culturas são de fronteira. Na prática, isto significa que interculturalidade é uma noção que, articulada à paisagem, teria potencial de expor e compreender situações de tensionamento, disputa, discriminação, xenofobia e racismo, ou seja, reações ao Outro, ali onde conflitos “de fronteira” possam apartar ou unir desde pessoas, grupos sociais, classes e até mesmo estados ou nações. A consideração de desacordos e alianças entre sujeitos que constroem e vivenciam espaços nos conduz no debate paisagístico contemporâneo que contempla a análise de retóricas e ações que articulam demandas de reconhecimento social à valoração de horizontes paisagísticos, no que se pode denominar de sintagma da cidadania paisagística, ao qual voltaremos mais adiante.

Tais concepções sobre o trabalho da Geografia a partir da abordagem cultural possibilitam a consideração de uma ideia central ao conceito de paisagem: a compreensão desta enquanto um cruzamento entre formas (fisionomias) e conteúdos (significados) (MACIEL, 2004), onde é possível apreender a relação estabelecida entre os aspectos imaginários da sociedade e a materialidade dos espaços, quer dizer, a compreensão dos valores simbólicos, dos aspectos políticos e das transformações espaciais que emergem da constante relação sociedade-meio.

O papel destacado por esses autores possibilita considerar que a paisagem carrega em si mesma, enquanto constructo da ciência geográfica, uma dimensão mediadora que intercala a fisionomia, as cargas simbólicas das representações e os planos afetivos e existenciais de quem a representa. Conforme destaca Besse (2006:61-65), a paisagem é “suscitada” a partir da experiência vivida e pelas representações das quais ela é objeto, sendo assim uma representação de ordem estética (construção cultural, com noção e valor estéticos) desenvolvida pelo papel constituinte do olhar (subjeto) e por outros universos de significação, mas também por outras práticas investidas no território, quer dizer, por uma realidade que não é apenas olhar, mas igualmente ação territorializada. Assim, para Besse (2006), a paisagem corresponde a uma relação sociedade-território, engendrada a partir da experiência de “estar no espaço”, visto que, como destaca Ribeiro (2007), a paisagem é fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço.

Ao refletir sobre o debate paisagístico contemporâneo, o historiador e filósofo Jean-Marc Besse<sup>4</sup> propõe que o “conceito pitoresco ou ornamental da paisagem” encontra-se em crise – no plano perceptivo e das representações, mas também no plano das práticas e projetos – sendo necessário que se levantem novas perguntas, perspectivas teóricas e práticas que contribuam para reformular o conceito e compreender as dinâmicas das novas representações e práticas paisagísticas (BESSE, 2014:7-10). Em sua concepção, a paisagem não se resume mais aos aspectos simplesmente visuais, como indica a concepção estética tradicional do conceito. Esta não se limita mais apenas aos universos da arte, passando a articular a estética com outras dimensões da cultura e da política, com novas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais: a problemática ambiental, a qualidade de vida e o bem-estar humano, as identidades territoriais, etc. (BESSE, 2014).

Buscando sistematizar as diferentes problemáticas paisagísticas que coexistem no pensamento paisagístico contemporâneo, Besse (2014:11-66) indica-nos algumas formas de acessar a paisagem através de cinco “portas” da paisagem, interrelacionadas e que conformam diferentes pontos de vista sobre a paisagem. Essas portas seriam: (i) a paisagem considerada como uma representação cultural, como um ponto de vista, um modo de pensar e de perceber. Corresponde à racionalidade paisagística que incorpora a reflexão sobre as dimensões mentais, estéticas e técnicas da sociedade, preocupando-se com a forma como os homens pensam, percebem e falam sobre a paisagem; (ii) a segunda porta corresponde à leitura da paisagem como um território produzido pelas sociedades, compreendida a partir da dimensão de objetividade prática da paisagem. Além de simples representação mental, a paisagem corresponde a um espaço comum aos grupos humanos e uma base do seu ser social; (iii) paisagem como um complexo sistêmico que articula elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva. Conforme essa terceira porta, a paisagem articula a natureza e a sociedade sem se limitar a uma combinação entre ambos, mas considerando a mediação na totalidade dos elementos; iv) a paisagem como um espaço de experiências sensíveis e de relações diretas, imediatas e irredutíveis às formas de objetivação. Em outros termos, uma abordagem da paisagem como uma experiência fenomenológica, que envolve as relações entre os elementos sensíveis do mundo terrestre e relações humanas diretas com o mundo e a natureza; v) por fim, a paisagem como um local ou um contexto de projeto, que permite pensar a problemática espacial a partir das suas relações e na sua integração com o solo, o território e o meio vivo. Assim, a paisagem seria o horizonte de uma racionalidade contextual, articulando as particularidades da localização, do território e do meio natural. Enfim, nessa caminhada o autor reúne de forma didática cinco matrizes ou entradas possíveis de serem tomadas pelos estudiosos do tema, desde aquelas das representações, da organização territorial, ou da abordagem ecossistêmica – já bem experimentadas – como ainda outras correntes menos exploradas, tais como as da geografia do vivido e das experiências sensíveis (horizonte vernacular) ou ainda do pensamento inventivo e planificador. Trata-se de uma contribuição sistemática e concisa que oferece aos leitores de todos os níveis um painel bastante útil para entender direções e cruzamentos do tema.

De forma correlata, no debate epistemológico sobre a paisagem exposto por Wylie (2007), este autor destaca que um conjunto de tensões “animam” a discussão da paisagem entre várias tradições de pesquisa. Para este autor, há na paisagem uma interconectividade entre as ideias do *self*, *body*, *knowledge* e *land* (“eu”, “corpo”, “conhecimento” e “terra”), expostas em quatro tensões de ordem conceitual: *proximity/distance*; *observation/inhabitation*; *eye/land*; *culture/nature* (proximidade/distância, observação/habitação, olho/terra, cultura/natureza). As “portas” e “tensões”

---

4. Para uma revisão ampla e acessível das possibilidades filosóficas e epistemológicas do conceito de paisagem ver as obras de Besse (2006; 2014), já traduzidas para o português.

indicadas por esses autores indicam-nos a necessidade de considerar, do ponto de vista teórico-metodológico, a justaposição de diferentes discursos e pontos de vista sobre a paisagem. Igualmente, também permitem compreender a atualidade do debate desse conceito para a cultura geográfica e para um melhor conhecimento do mundo que vivemos.

Esses autores demonstram que, no cenário contemporâneo, observa-se uma aproximação do debate paisagístico ao *estar no mundo*, ao habitar complexo do espaço. Além do debate entre especialistas, a paisagem permite uma melhor compreensão sobre os diferentes pontos de vista, sobre as formas de observação e habitação dos espaços cotidianos. A paisagem monolítica e pictórica e seu poder central são questionados a partir de uma compreensão mais nuançada e próxima da vida cotidiana que conforma a paisagem, e não apenas estão *refletidas* numa visão da paisagem. Quer dizer, uma abordagem e aplicação da paisagem a partir de uma perspectiva holística e integradora, vinculada ao debate sobre suas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais (BESSE, 2014; WYLIE, 2007).

O questionamento à perspectiva pictórica e pitoresca, em conexão a esses debates renovados, não faz sumir o lado estético da paisagem, mas permite que essa esfera ocupe outros padrões, com novos papéis e outros tipos de mobilização. Tais questionamentos recolocam o debate estético a partir das potencialidades políticas que se encontram envolvidas na construção das visualidades, que passam a ser compreendidas de forma mais abrangente, para designar diferentes formas de apropriação, percepção e representação da terra. Há uma qualidade inerentemente política no visual, onde o “ver e ser visto” em uma sociedade menos desigual e mais democrática é inerente a uma leitura ética da paisagem e condição *sine que non* para a estabilidade dos espaços públicos (MACIEL, 2012; BENEDIKTSSON, 2007; BERQUE, 2009; BARBOSA, 2020). Como destaca Karl Benediktsson (2007:214), no lugar de fugir da substância visual das paisagens, faz-se necessária a consideração de uma Geografia da paisagem que leve os valores visuais a sério, enquanto simultaneamente reconhece a complexidade experiencial da apreciação da paisagem.

Nesse sentido, essas abordagens contemporâneas destacam um contraponto à predominância da perspectiva ocular e à “coisificação” consciente do processo dinâmico e interativo da paisagem, que reduz o senso da paisagem ao olhar e esquece toda a complexidade socioespacial, cultural e política da instituição das paisagens (BERQUE, 2009; MACIEL, 2004). Se a paisagem não é apenas pitoresca, seu potencial visual ainda se apresenta como um dos aspectos centrais, mobilizado com objetivos políticos diversos.

Conforme Benediktsson (2008), novos aportes aproximam o debate paisagístico da questão do habitar, da vivência, das práticas que constroem as paisagens e, frequentemente, são confrontados com a compreensão visual e cênica da paisagem. Entretanto, tais oposições se revelam improdutivas, pois a experiência multidimensional da paisagem não pode ser reduzida a um único sentido, nem excluir um ou outro sentido, como o visual. Devemos reconfigurar a visão (a atividade do olhar) enquanto uma prática do habitar, a partir de um “olho tocante” (*the touching eye*) e fusão de todos os sentidos para uma experiência encarnada da paisagem (BENEDIKTSSON, 2008; LUND, 2005).

Há que se destacar então que, a paisagem nos permite apreender o real em suas diversas escalas, pois na medida em que elas nos falam do trabalho dos homens e da vida social, a sua concepção e apreensão irá revelar também todas essas complexas relações que se constroem todos os dias dentro das relações sociais. Já que a paisagem faz parte daquele que o habita, e dele se influencia, reconhecer sua polivocalidade é compreender o real e todas as suas complexidades (CLAVAL, 2011).

Tais transformações indicam uma ampliação dos horizontes no debate paisagístico. Uma maior sensibilidade sobre a paisagem se faz presente, ao menos desde a década de 1990, no âmbito

acadêmico, na produção de novos marcos legislativos para proteção paisagística, na inclusão da paisagem em ferramentas políticas de proteção e gestão territorial renovadas e na difusão de movimentos sociais que articulam demandas de reconhecimento social à valoração de horizontes paisagísticos, expressando interesses paisagísticos renovados.

Assim, no contexto contemporâneo a paisagem aparece não apenas como um conceito associado ao debate representacional e técnico, mas sobretudo como uma ferramenta de interesse público e político, sendo colocado como um tema para debate na esfera pública. Desacordos e alianças recentes conduzidos em torno da paisagem indicam que ela se encontra envolvida nas controvérsias do planejamento e gestão territorial, permitindo-nos compreender que a paisagem passa a ser objeto de disputa e expressão de interesses sociais variados, através de lutas *na, pela e a partir da paisagem* (BARBOSA, 2020).

Compreende-se que esse contexto teórico, cultural, social e político nos indica que a paisagem retorna como um conceito central ao debate sobre o planejamento urbano e territorial, transformando-se num conceito essencial para compreender e tentar moldar o espaço contemporâneo. Essas questões levam-nos a considerar a possibilidade de discutir a ideia de *cidadania paisagística* (BARBOSA, 2020) como um aporte teórico-metodológico renovador ao tema da paisagem e uma possibilidade rica para compreender os desdobramentos do conceito no mundo atual. A abordagem da cidadania paisagística se estabelece a partir da consideração de que a paisagem é fonte de definição de uma identidade política reivindicada por grupos sociais, sendo assim um objeto político que envolve um recurso que pertence a todos. Assim, considera-se a cidadania paisagística como o reconhecimento de que todos tem o direito de *ver, ser e estar* na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida (BARBOSA, 2020).

Esse debate pode nos ajudar a refletir sobre a paisagem numa perspectiva inclusiva, considerando-a como uma possibilidade de expressão da cidadania e noção “facilitadora” da democracia, visto que reconhecer direitos a partir da paisagem pode valorizar o reconhecimento de identidades, pressuposto indispensável da qualidade do cidadão, garantindo à sociedade a participação na seleção e/ou definição dos valores paisagísticos locais. Igualmente, permite-nos explorar a dimensão social e a perspectiva ética do conceito de paisagem, na medida que são questões que versam sobre a dimensão paisagística dos territórios e que fazem referência aos valores, práticas e preferências pessoais que, consideradas sem a exigência ética, podem transformar a paisagem em cenário de exclusão e segregação (SGARD, 2010; BARBOSA, 2020).

Trata-se de questões essenciais às preocupações das abordagens cultural e política da Geografia, da Geografia social enfim, visto que possibilitam compreender de que forma a paisagem articula, a um só modo, pensamentos, ações e negociações necessárias à manutenção da sociedade democrática. Sendo a paisagem um tema essencial para pensarmos nossa relação com o mundo, o debate sobre as diferentes sensibilidades paisagísticas deve se fazer acompanhado de uma reflexão ética e política desse conceito. Conforme destacado em texto anterior, “garantir uma maior equidade na possibilidade dos sujeitos sociais realizarem escolhas e expressarem suas diferentes sensibilidades está na ordem do dia, sem que para isso o espaço público seja transformado numa praça de guerra” (MACIEL e BARBOSA, 2013:291). Assim, debater as atualizações do conceito de paisagem, compreender as formas como ele é convocado na sociedade contemporânea e pensar estratégias que possibilitem o acesso, participação, diálogo e responsabilidade coletiva na gestão das paisagens é um dos grandes desafios para pensar o presente e planejar o futuro da nossa sociedade e do nosso planeta.

## Referências

- BARBOSA, D. T. 2020. *Ver, estar e ser (n)a paisagem: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARROS, N. C. C. 2006. Quatro Comentários sobre Paisagem e Região. In: SÁ, A. J.; CORRÊA, A. C. B. (Orgs.). *Regionalização e Análise Regional: Perspectivas e abordagens contemporâneas*. Recife: EdUFPE, p. 23-31.
- BENEDIKTSSON, K. 2007. Scenophobia”, *Geography and the aesthetic politics of landscape. Geografiska Annaler B*, p. 203–217. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0467.2007.00249.x/abstract>>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- \_\_\_\_\_. 2008. The good, the bad and the scenic. *Geografiska Annaler B*, 90(1), p. 83-84. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0467.2008.00277.x>>. Acesso em : 04 jun. 2021.
- BERDOULAY, Vincent, SOUBEYRAN, Olivier. *L'aménagement face à la menace climatique. Le défi de l'adaptation*. Grenoble: UGA Éditions, Université de Grenoble Alpes, 2020.
- BERQUE, A. 1998. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.84-91.
- \_\_\_\_\_. 2009. *El Pensamiento Paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- BESSE, J. M. 2006. *Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 2014. *O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CAUQUELIN, A. 2007. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins.
- CLAVAL, P. 1999. Qu'apporte l'approche culturelle à la géographie? *Géographie et Cultures*, nº 31, p.5-24.
- \_\_\_\_\_. 2011. ¿Geografía Cultural o abordaje cultural en Geografía? In: ZUSMAN, P.; HAESBAERT, R.; CASTRO, H.; ADAMO, S. (Orgs.). *Geografías Culturales: Aproximaciones, intersecciones y desafíos*. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, p. 293-313.
- CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.). 1998. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ
- COSGROVE, D. 2004. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 92-123.
- DIETZ, G. 2012. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación*. Una aproximación antropológica. México: FCE.
- DOLLFUS, O. 2012. A produção do meio (Comentário a “Paisagem-Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural” de Augustin Berque). In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Geografia Cultural: Uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 239-243.
- GOMES, P. C. C. 2017. *Quadros Geográficos*. Uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- LA BLACHE, P. V. 1911. Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, vol. 20, nº111-112.
- \_\_\_\_\_. 1922. *Principes de Géographie Humaine*. Paris : Armand Colin
- LUND, K. 2005. Seeing in Motion and the Touching Eye: Walking over Scotland's Mountains. *Etnofoor*, vol. 18, nº 1, SENSES, p. 27-42.

- MACIEL, C. A. A. 2002. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada ontogenosiológica. *GEOgraphia*, Niterói, Ano 3, nº6, p. 99-117.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Metonímias Geográficas: Imaginação e Retórica da paisagem no semiárido pernambucano*. 527p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 2012. A Geografia Política da Paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense. In: MACIEL, C. A.; GONÇALVES, C. U.; PEREIRA, M. C. B.. (Orgs.). *Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário*. Recife: EdUFPE, p. 26-41.
- \_\_\_\_\_. BARBOSA, D.T. 2013. Democracia, Espaço público e Imagens Simbólicas da Cidade do Recife. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). *Espaços da Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 261-293.
- MARCEL, O. 1994. Le paysage comme objet philosophique. *Géographie et Cultures*, nº13, p. 3-34.
- MEINING, D. W. 2003. O Olho que Observa: Dez versões da mesma cena. *Espaço e Cultura*, nº 16, jul./dez., p. 35-46. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7424/5380>>. Acesso em: 17 abr. 2015.
- RIBEIRO, R. W. 2007. *Paisagem, Cultura e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- SAUER, C. O. 1968 (1925). *The morphology of landscape*. Berkeley: University of California Press, New York: Johnson.
- \_\_\_\_\_. 1956. The agency of man on the earth. In: THOMAS Jr., William L. (dir.) *Man's role in changing the face of the earth*, vol.1. Chicago, University of Chicago Press, p. 49-69.
- SGARD, A. 2010. Une «éthique du paysage» est-elle souhaitable?. *VertigO – Revue électronique en Sciences de l'environnement*. Vol. 10, nº 01, avril 2010. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/9472>>. Acesso em: 03 mai 2016.
- WYLIE, J. W. 2007. *Landscape*. London: Routledge.